



Notícias de interesse da segurança pública em tramitação nos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, no plano federal, na semana do dia 26 fevereiro a 02 de março de 2018.

1. PODER LEGISLATIVO -



1.1 TRABALHO E PREVIDÊNCIA

[Agentes penitenciários pedem aprovação de propostas que melhorem condições de trabalho](#)

Agentes penitenciários estiveram na Câmara dos Deputados nesta quarta-feira (28) para pedir a aprovação pela Casa de propostas que melhorem as condições de trabalho da categoria. Porém, em seminário da Federação Nacional dos Servidores Penitenciários (Fenaspen) na Câmara, a constatação foi de que a principal proposta de interesse da categoria não poderá ser votada até o fim do ano, por conta da intervenção no Rio de Janeiro.

[Legislação brasileira facilita tráfico de pessoas para trabalho doméstico, dizem especialistas](#)

O assunto foi debatido em seminário sobre migração e trabalho doméstico realizado na Câmara nesta quarta-feira. Autoridades de São Paulo apontam condições precárias de trabalho de filipinas e haitianas que vêm para o Brasil. Deputados e fiscais do trabalho afirmam que a legislação brasileira atual facilita o tráfico de pessoas para o trabalho doméstico. O assunto foi debatido em seminário sobre migração e trabalho doméstico realizado nesta quarta-feira (28) na Câmara.

1.2 COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

[Semana no Plenário começa com três medidas provisórias aguardando votação](#)

A semana no Plenário da Câmara começa com três medidas provisórias aguardando para serem votadas. A primeira delas trata de facilitar a vida dos estados endividados na hora de renegociar o que devem junto ao Governo Federal (MP 801). O texto retira 6 condições que os estados deviam cumprir para a renegociação, entre elas a comprovação de estar em dia com o FGTS dos funcionários. A MP está com os dias contados: perde a força de lei na quarta-feira (28) se até lá não for aprovada por deputados e depois pelos senadores.

[Projeto exige plebiscito para instalação de base militar estrangeira no Brasil](#)

O deputado **Glauber Braga**, do Psol do Rio de Janeiro, é autor de projeto que exige plebiscito para instalação de base militar estrangeira no Brasil. A proposta foi apresentada em dezembro do ano passado e altera a lei que trata dos casos em que forças estrangeiras possam transitar pelo território nacional ou nele permanecer temporariamente. Determina, ainda, que bases militares estrangeiras só possam ser instaladas permanentemente no Brasil se a população aprovar por meio de plebiscito.



Projetos na área de segurança devem dominar debates em Plenário

Em audiência pública de comissão externa da Câmara, a mineradora Hydro Alunorte admitiu a existência de um duto clandestino em Barcarena, no nordeste do Pará. A região foi alvo de vazamento de rejeitos de bauxita.

Laudos do Instituto Evandro Chagas e do Instituto de Química Fina do Pará constataram níveis elevados de alumínio e chumbo em rios e igarapés utilizados pela população. O chumbo é cancerígeno em caso de consumo continuado.

Novo Código de Processo Penal pode ser prioridade na pauta de segurança pública

Segundo João Campos (PRB-GO), entre as principais inovações trazidas pela proposta em análise na Câmara estão restrições aos recursos judiciais, para dar efetividade à Justiça. O atual código de processo penal prevê recursos infundados, que acabam por ferir o princípio da celeridade judicial, onde os processos devem ser resolvidos em tempo razoável. Outra inovação é a criação do chamado "juízo antecipado" para os crimes de menor potencial ofensivo. Segundo o deputado, o texto final da proposta só será concluído semana que vem.

Congresso analisa MP que cria Ministério Extraordinário da Segurança Pública

A medida provisória que cria o Ministério Extraordinário da Segurança Pública já está em análise no Congresso Nacional (MP 821/18). O novo ministério surge do desmembramento do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Entre as principais atribuições da nova pasta está a integração da segurança pública em todo o território nacional, em cooperação com os demais entes federativos (estados, municípios e Distrito Federal).

Rodrigo Maia reúne líderes para definir pauta sobre segurança pública

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, reúne-se às 16 horas com os líderes partidários para definir o cronograma de votação da pauta específica de propostas para combater a violência no País. Para Maia, a intervenção federal na área de segurança pública do estado do Rio de Janeiro impõe ao Parlamento uma pauta que garanta leis mais duras de punição ao crime organizado e de combate aos tráficos de drogas e de armas, além de permitir à União assumir a coordenação da segurança pública no País.

Medida provisória que cria Ministério da Segurança Pública chega ao Congresso, onde divide opiniões

Medida Provisória (821/18) publicada no Diário Oficial nesta terça-feira (27) cria o Ministério Extraordinário da Segurança Pública. Com isso, o Ministério da Justiça e Segurança Pública volta a ser apenas Ministério da Justiça, e tem suas funções esvaziadas. Passa ao novo ministério a coordenação da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal, do Departamento Penitenciário Nacional, do Conselho Nacional de Segurança Pública, do Conselho Nacional Criminal e Penitenciário e da Secretaria Nacional de Segurança Pública.

Maia quer apresentar nesta quarta texto que cria sistema integrado de segurança pública

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, afirmou nesta terça-feira (27) que o projeto de lei complementar que regulamenta a criação de sistema integrado de segurança pública deve ser apresentado amanhã aos líderes partidários e pode ser votado já na semana que vem.



Câmara irá acompanhar intervenção federal na segurança do Rio de Janeiro

Observatório Legislativo vai monitorar ações, reunir dados e ouvir a população

Será realizado nesta quarta-feira (28/2), às 15h, o lançamento na Câmara do Observatório Legislativo da Intervenção Federal na Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro (Olerj), criado pela instituição para fiscalizar o planejamento, a execução de metas e os resultados das ações militares contra a violência no estado. O fórum irá monitorar informações referentes à segurança pública, acompanhar as demandas da sociedade e estimular a busca de soluções para os problemas diagnosticados.

Relator de comissão explica mudanças previstas no Código de Processo Penal

O Código de Processo Penal vem da época do Estado Novo de Getúlio Vargas. Atravessou a ditadura militar, a Constituição de 88, sofreu algumas alterações legislativas em 2008 até o Senado criar uma comissão de juristas para propor um novo texto, entregue em abril de 2009. O Senado já aprovou o projeto que modifica a Lei de Execução Penal, introduzindo novidades, como a iniciativa de combate ao crime organizado nos presídios. Esse projeto vai ser analisado agora pela Câmara. O deputado João Campos (PRB-GO) é o relator da comissão especial que vai estudar as mudanças no Código de Processo Penal.

Comissão mista discutirá proposta para endurecer combate ao tráfico

Uma comissão mista de deputados e senadores vai debater o anteprojeto que torna mais rígida a legislação no combate ao tráfico de armas, de drogas e à lavagem de dinheiro. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, e o presidente do Senado, Eunício Oliveira, criaram em conjunto a comissão e anunciaram uma pauta comum de segurança pública.

Maia defende redução de gastos para investir mais em segurança pública

Na 2ª reunião do Observatório Legislativo da Intervenção Federal na Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro (Olerj), o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, defendeu que, além de acompanhar e fiscalizar os atos do interventor no estado, é necessário reorganizar as despesas obrigatórias da União e rediscutir os gastos públicos para garantir mais recursos para segurança pública.

1.3 POLÍTICA

Frentes parlamentares debatem propostas contra privatização da Eletrobras

Frentes parlamentares do setor elétrico, assessores e eletricitários se reúnem hoje para debater sobre o projeto que privatiza a Eletrobras. O grupo deve organizar e estabelecer um cronograma para encaminhar propostas contra a venda da estatal. A iniciativa é de 11 frentes parlamentares.

Parlamentar propõe aumentar a inelegibilidade de condenados pela Justiça

No momento em que a sociedade brasileira luta pelo fim de privilégios como foro especial, auxílio-moradia para juízes e outras regalias, que tal dar um aperto na lei para punir quem se apropria de recursos públicos que deveriam ir para saúde, educação, saneamento, emprego e termina indo parar no bolso de quem não tem compromisso algum com o interesse público? O deputado Jaime Martins, do PSD de Minas Gerais quer aumentar para 20 anos o prazo de inelegibilidade para quem



for condenado por crime contra o patrimônio público. O deputado Jaime Martins é o nosso convidado.

Deputado Paulo Pimenta (PT-RS) comenta criação do Ministério da Segurança Pública - Bloco 1

O Com a Palavra convidou o líder do PT na Câmara, deputado Paulo Pimenta, do Rio Grande do Sul, para falar sobre a criação do Ministério Extraordinário da Segurança Pública.

O parlamentar afirmou ser contra a medida, criada pelo governo de Temer "em busca de sobrevivência". Segundo Paulo Pimenta, a iniciativa é mais "uma tentativa midiática do governo mergulhado em corrupção".

Deputado Alberto Fraga (DEM-DF) comenta criação do Ministério da Segurança Pública - Bloco 2

O deputado Alberto Fraga (DEM-DF), coordenador da Frente Parlamentar da Segurança Pública, esteve Com a Palavra para falar sobre a criação do Ministério Extraordinário da Segurança Pública. Uma iniciativa que, segundo o deputado, "veio em boa hora, nesse momento difícil por qual passa o país".

Ainda segundo Alberto Fraga, a proposta de criação do Sistema Único de Segurança Pública deverá ser votada, nesta quarta-feira, para apoiar a iniciativa do governo Temer. Fraga também elogiou a indicação de Raul Jungmann para o ministério, por se trata de um civil isento e imparcial.

Segurança pública e economia são as prioridades do PR

O deputado José Rocha (BA) será por mais um ano o líder da bancada do PR na Câmara dos Deputados. Em 2018, mesmo com a realização de eleições no mês de outubro, Rocha acredita que há espaço para o Parlamento avançar em pautas ligadas à segurança pública e à economia.

Líder do PP defende instalação rápida das comissões e foco na segurança pública

Reconduzido à liderança do Partido Progressista (PP), o deputado Arthur Lira (AL) defende a instalação rápida das comissões permanentes da Câmara, para o pleno funcionamento da Casa, e o foco nas pautas relativas à segurança pública.

Abertura de processo contra Presidente da República pode deixar de passar pela Câmara

Projeto de lei em análise exclui a necessidade de autorização da Câmara nesse caso

Tramita na Câmara dos Deputados Proposta de Emenda à Constituição (PEC [392/17](#)) que exclui a necessidade de autorização da Câmara para abertura de processo contra o Presidente da República.

Atualmente, o Supremo Tribunal Federal (STF) recebe a denúncia oferecida pelo Procurador-Geral da República e a encaminha à Câmara. Para que o Presidente possa ser processado durante a vigência do mandato, é necessário que dois terços dos deputados apoiem a abertura do processo.

Plenário aprova aumento de pena para roubo com uso de explosivos

O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou o **substitutivo** do deputado Alberto Fraga (DEM-DF) para o Projeto de Lei 9160/17, do Senado, que aumenta as penas para furto ou roubo com uso de explosivos e também a pena máxima se do roubo resultar lesão corporal grave.



1.4 DIREITO E JUSTIÇA / DIREITOS HUMANOS

Câmara analisa projetos que permitem a educação domiciliar

Mais autonomia para educar os filhos, proteção contra bullying e pressões sociais inadequadas. Essas são algumas das razões apresentadas por pais que tiram os filhos da escola e optam pela educação domiciliar.

O tema é complexo e tanto defensores quanto críticos do ensino domiciliar usam a Constituição Federal como argumento: para uns, o artigo que garante a educação como direito de todos e dever do Estado e da família não exclui a possibilidade de educar as crianças em casa. Para outros, essa brecha não existe.

Deputados querem suspender parecer da AGU sobre demarcação de terras indígenas

Documento obriga Administração Pública a seguir as mesmas condições aplicadas pelo STF na decisão sobre Raposa Serra do Sol em 2009. Oito parlamentares do PT apresentaram à Câmara dos Deputados um projeto de decreto legislativo (PDC [758/17](#)) para suspender os efeitos de um parecer da Advocacia Geral da União (AGU) segundo o qual a Administração Pública direta e indireta deverá aplicar a todas as demarcações de terras indígenas as condicionantes que o Supremo Tribunal Federal (STF) estabeleceu no julgamento da demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, concluído em 2009.

Mudanças na Lei Maria da Penha, reajuste do gás de cozinha e licença para trabalhador

O deputado Cleber Verde (PRB-MA) comenta projeto que altera a Lei Maria da Penha, especificando que “violência doméstica” não é somente a praticada quando agressor e vítima vivem no mesmo ambiente. Já o deputado Danilo Cabral (PSB-PE) fala sobre a proposta que organiza reajustes para o gás de cozinha, instituindo aumentos anuais. E o deputado Decio Lima (PT-SC) avalia o projeto que concede a todo trabalhador licença de 60 dias para acompanhar filho que esteja em tratamento de câncer.

1.6 AGENDA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Agenda da semana

SEGUNDA-FEIRA (5)

10 horas

Sessão Solene

Homenagem aos 84 anos da morte de Augusto César Sandino.

Plenário Ulysses Guimarães

14 horas

Conselho de Comunicação Social

Reunião para apresentação do anteprojeto de lei sobre o combate às *fake news*; e do relatório sobre o Projeto de Lei 5130/16, que proíbe a suspensão de aplicativos da internet por decisões judiciais; entre outros itens.

Plenário 3 da ala Alexandre Costa, no Senado



14 horas

Plenário

Sessão de debates.

Plenário Ulysses Guimarães

TERÇA-FEIRA (6)

9h30

Sessão Solene

Homenagem aos 70 anos da Sociedade Bíblica do Brasil e a 2018, o Ano da Bíblia Sagrada.

Plenário Ulysses Guimarães

14 horas

Frente Parlamentar da Desburocratização

Seminário Nacional da Desburocratização.

Auditório Nereu Ramos

14h30

Comissão Especial da Nova Lei de Licitações (PL 6814/17) Instalação; e eleição do presidente e dos vice-presidentes.

Plenário a definir

14h30

Comissão Especial sobre Enfrentamento ao Homicídio de Jovens (PL 2438/15) Audiência pública para debater o PL 2438/15 (Plano Nacional de Enfrentamento ao Homicídio de Jovens).

Foram convidados a administradora executiva da Fundação Abrinq, Heloísa Helena Silva de Oliveira; a professora da UFF Jaqueline Muniz; e o doutor em Sociologia e coordenador do Centro de Estudos e Pesquisa em Segurança Pública da PUC-MG, Luis Flávio Saporì.

Plenário 13

14h30

Comissão Especial do Sistema Penitenciário

Reunião de trabalho para discutir medidas de diminuição da taxa de presos provisórios.

Foram convidados a procuradora-geral de Contas do DF, Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira; a agente federal de Execução Penal/Serviço de Relações Institucionais do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), Ana Maria Braga de Lima; e um representante do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). Sala 175-B, anexo 2

14h30

Comissão Externa sobre a Construção da Ferrovia Nova Transnordestina

Votação de requerimentos.

Plenário a definir

14h30

Comissão Mista sobre a MP 806/17

Medida provisória que altera a tributação do Imposto de Renda incidente sobre as aplicações em fundos de investimento.

Apreciação de relatório do deputado Wellington Roberto (PR-PB). Plenário 3 da ala Alexandre Costa, no Senado

14h30

Comissão Mista sobre a MP 808/17

Medida provisória que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Instalação e eleição do presidente.

Plenário 2 da ala Nilo Coelho, no Senado

14h40

Comissão Mista sobre a MP 809/17

Medida provisória que autoriza a criação de fundo para gerir compensação ambiental.



Instalação e eleição do presidente.
Plenário 2 da ala Nilo Coelho, no Senado

14h50

Comissão Mista sobre a MP 810/17

Medida provisória que beneficia empresas de informática.
Instalação e eleição do presidente.
Plenário 2 da ala Nilo Coelho, no Senado

15 horas

Comissão Externa destinada a Apurar a Chacina de Trabalhadores Rurais no Pará
Discussão e votação do relatório da deputada Elcione Barbalho (PMDB-PA). Plenário 15

15 horas

Comissão Mista sobre a MP 811/17

Medida provisória que autoriza empresa pública a vender diretamente petróleo do pré-sal da União.
Instalação e eleição do presidente.
Plenário 2 da ala Nilo Coelho, no Senado

15h10

Comissão Mista sobre a MP 812/17

Medida provisória que altera o cálculo de taxas de juros para fundos constitucionais de desenvolvimento regional.
Instalação e eleição do presidente.
Plenário 2 da ala Nilo Coelho, no Senado

15h20

Comissão Mista sobre a MP 813/17

Medida provisória que permite saque do PIS/Pasep com idade de 60 anos.
Instalação e eleição do presidente.
Plenário 2 da ala Nilo Coelho, no Senado

16 horas

Frente Parlamentar Mista do Imposto Único Federal (IUF) Instalação da frente parlamentar.
Plenário 4

16 horas

Votações em Plenário

Pauta que inclui, entre outros itens, o PL 1530/15, que estipula a pena de suspensão da habilitação para o condutor de veículo preso em flagrante pelo contrabando ou receptação de mercadorias; e o PL 7005/13, que disciplina a possibilidade de coleta de assinaturas eletrônicas para a apresentação de projetos de lei de iniciativa popular.
Plenário Ulysses Guimarães

16 horas

Comissão Especial sobre a Privatização da Eletrobras

Instalação; eleição do presidente e dos vice-presidentes.
Plenário 1

16 horas

Comissão externa sobre a fiscalização da concessionária ECO 101-BR 101/ES

Reunião interna para definir as próximas ações da comissão.
Sala 176-B, anexo 2

17 horas

Secretaria da Mulher

4º Encontro do Fórum de Mulheres de Instâncias de Partidos com a Bancada Feminina da



Câmara dos Deputados.
Plenário 5

QUARTA-FEIRA (7)

8 horas

Frente Parlamentar Mista José de Alencar em Defesa da Indústria Têxtil e de Confecção
Café da manhã para discutir temas de interesse do setor e ações previstas junto ao Legislativo para o ano de 2018.
Restaurante do 10º andar, do anexo 4

9 horas

Sessão Solene do Congresso
Comemoração do Dia Internacional da Mulher e entrega do Diploma Bertha Lutz.
Plenário Senado Federal

9 horas

Secretaria da Mulher
Seminário comemorativo do Marco Legal da Primeira Infância.
Evento interativo pelo **e-Democracia**.
Auditório Nereu Ramos

9h05

Sessão Solene
Homenagem aos 20 anos de sanção da Lei 9.755/98, conhecida como Lei Haully.
Plenário Ulysses Guimarães

14 horas

Comissão Especial Cultura da Paz
Votação de requerimentos.
Plenário 14

14h30

Comissão Especial sobre Seguros Privados (PL 3139/15) Apreciação do parecer do relator, deputado Vinicius Carvalho (PRB-SP).
Plenário 5

14h30

Comissão Especial Escola Sem Partido (PL 7180/14) Votação de requerimentos.
Plenário 13

14h30

Comissão Mista sobre a MP 814/17
Medida provisória que abre caminho para a privatização da Eletrobrás.
Instalação e eleição do presidente.
Plenário 2 da ala Nilo Coelho, no Senado

14h40

Comissão Mista sobre a MP 815/17
Medida provisória que libera R\$ 2 bilhões em caráter emergencial a municípios.
Instalação e eleição do presidente.
Plenário 2 da ala Nilo Coelho, no Senado

14h50

Comissão Mista sobre a MP 816/17
Medida provisória que cria cargos em comissão para compor os conselhos de Supervisão dos Regimes de Recuperação Fiscal dos Estados e do Distrito Federal.
Instalação e eleição do presidente.
Plenário 2 da ala Nilo Coelho, no Senado



15 horas

Secretaria da Mulher da Câmara

Colóquio: 30 anos da Constituinte e a Bancada do Batom – debate com as constituintes, cientistas políticos e jornalistas.

Salão Nobre

15 horas

Comissão Mista sobre a MP 817/18

Medida provisória que regulamenta a inclusão de servidores de ex-territórios nos quadros da União.

Instalação e eleição do presidente.

Plenário 2 da ala Nilo Coelho, no Senado

15h10

Comissão Mista sobre a MP 818/18

Medida provisória que amplia o prazo para o desenvolvimento urbano integrado.

Instalação e eleição do presidente.

Plenário 2 da ala Nilo Coelho, no Senado

15h20

Comissão Mista sobre a MP 819/18

Medida provisória que autoriza a União a doar R\$ 792 mil para restaurar igreja na Palestina.

Instalação e eleição do presidente.

Plenário 2 da ala Nilo Coelho, no Senado

16 horas

Votações em Plenário

Pauta que inclui, entre outros itens, o PL 5452/16, que aumenta a pena para o crime de estupro coletivo.

Plenário Ulysses Guimarães

QUINTA-FEIRA (8)

9 horas

Votações em Plenário

Análise de proposições remanescentes do dia anterior e de acordos internacionais.

Plenário Ulysses Guimarães

9h30

Sessão Solene

Outorga da Medalha Mietta Santiago em comemoração do Dia Internacional da Mulher.

Plenário Ulysses Guimarães

SEXTA-FEIRA (9)

14 horas

Plenário

Sessão de debates.

Plenário Ulysses Guimarães

Link: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/554028-AGENDA-DA-SEMANA.html>



2. PODER LEGISLATIVO -

SENADO
FEDERAL



2.1 PROPOSIÇÕES APRESENTADAS

Eunício quer ver aprovado em março sistema único de segurança

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, disse nesta terça-feira (27) que espera ver aprovado em março um projeto de criação de um sistema federal unificado de segurança pública, como forma de aprimorar a troca de informações entre agentes e órgãos públicos, além do desenvolvimento de instrumentos de fiscalização, investigação e repressão mais modernos.

Sérgio de Castro critica auxílio moradia e salários acima do teto a servidores

O senador Sérgio de Castro (PDT-ES) criticou o pagamento a servidores públicos de salários que ultrapassam o teto constitucional. Ele lamentou que uma pequena parte dos brasileiros tenham vantagens que o país não suporta pagar.

Na avaliação do senador, um dos casos mais graves envolve o pagamento de auxílios moradia, alimentação e saúde para juízes e procuradores. Estes pagamentos não entram na conta do teto constitucional por serem considerados como verbas indenizatórias.

Fátima Bezerra classifica intervenção no Rio de Janeiro como um ataque à democracia

Em pronunciamento nesta terça-feira (27), a senadora Fátima Bezerra (PT-RN) classificou a intervenção militar na segurança pública do Rio de Janeiro como “a volta da sombra de um passado que estava enterrado”.

Para ela, a intervenção federal no Rio também é absurda por interromper a análise de mais de mil propostas de emenda à Constituição que tramitam no Congresso Nacional.

Identidades funcionais de parlamentares poderão valer como documento de identidade

As carteiras de identidade funcionais de senadores, deputados federais, estaduais, municipais e distritais poderão valer em todo território nacional, como documento de identidade civil. É o que determina o Projeto de Lei do Senado ([PLS 56/2015](#)), do senador Romário (Pode-RJ), aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) nesta quarta-feira (28).

Proposta de sistema integrado de segurança deve ser apresentada na próxima semana

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, reuniu-se nesta quarta-feira (28) com o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, e com o ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes, para discutir o andamento de projetos que podem melhorar a segurança pública no Brasil.



Feminicídio será debatido na Comissão de Combate à Violência contra a Mulher

A Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher (CMCVM) aprovou nesta quarta-feira (28) a realização de audiência pública sobre a aplicabilidade da Lei do Feminicídio (Lei 13.104/2015). A sugestão do debate é da relatora da comissão, deputada Luizianne Lins (PT-CE). Segundo ela, o cenário atual é de subnotificações dos casos previstos na legislação.

Ana Amélia aponta contradições em entrevista do ex-presidente Lula

Na entrevista, observou a senadora, Lula se diz vítima de uma injustiça no caso do triplex, pelo qual foi condenado pelo juiz Sérgio Moro e pelos desembargadores do Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Disse ainda acreditar na democracia, mas também esperar punição a esses servidores, com demissão “a bem do serviço público” por condená-lo com base em “mentiras”. Para a senadora, é contraditório Lula dizer que acredita na democracia, mas não aceitar um resultado desfavorável a ele.

Congresso inicia análise da MP que altera reforma trabalhista

O Congresso Nacional instala a partir de terça-feira da próxima semana 12 comissões mistas para a análise de Medidas Provisórias. Uma delas (MPV 808/2017) é a que ajusta pontos da reforma trabalhista (Lei nº 13.467 de 13/07/2017). Também na lista a (MPV 814/2017) que permite a privatização da Eletrobrás e subsidiárias. Outra MP que começa a ser avaliada em comissão é a que autoriza a União a doar R\$ 792 mil para ajudar na restauração da Basílica da Natividade, na Palestina. A reportagem é de Larissa Bortoni, da Rádio Senado. Ouça os detalhes no áudio da reportagem de Larissa Bortoni, da Rádio Senado.

Propostas ligadas à segurança pública foram o destaque da semana no Senado

A Polícia Federal poderá se responsabilizar pela investigação de crimes praticados por organizações paramilitares e milícias armadas, caso se comprove o envolvimento de agente de órgão de segurança pública estadual. É o que estabelece o PLS 548/2011, aprovado esta semana. A matéria segue para a Câmara.

3. PODER JUDICIÁRIO

3.1 SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

STF irá decidir se contribuição previdenciária patronal incide sobre o terço de férias

O Supremo Tribunal Federal (STF) irá decidir se é constitucional a cobrança da contribuição previdenciária patronal sobre o terço constitucional de férias. Em deliberação no Plenário Virtual, os ministros reconheceram a repercussão geral da matéria, que é objeto do Recurso Extraordinário (RE) 1072485, interposto pela União contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4) que julgou a indevida essa incidência da contribuição sobre a parcela.



[ADI questiona competência da Justiça Militar para julgar integrantes das Forças Armadas no caso da morte de civis](#)

O Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) ajuizou a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5901, no Supremo Tribunal Federal (STF), para questionar dispositivos do Código Penal Militar, inseridos pela Lei 13.491/2017, que preveem hipóteses de competência da Justiça Militar para julgar crimes dolosos contra a vida cometidos por militares das Forças Armadas contra civis.

[Ministra Cármen Lúcia oferece ao Ministério de Segurança Pública cadastro do CNJ para monitorar prisões](#)

Um mapa nacional *on line*, em tempo real, com os nomes de cada preso que entra e sai do sistema penitenciário brasileiro. Essa foi a ferramenta digital que a presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministra Cármen Lúcia, apresentou ao ministro extraordinário da Segurança Pública, Raul Jungmann, na reunião extraordinária dessa quarta-feira (28/2) do CNJ.

3.2 SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

4. PODER EXECUTIVO

4.1 MINISTÉRIO DA DEFESA

[General Wilson Mendes Lauria assume comando da ESG, campus Brasília](#)

Brasília, 23/2/2018 – O general Wilson Mendes Lauria assumiu, na tarde desta sexta-feira (23), no Salão Nobre do Ministério da Defesa, o comando da Escola Superior de Guerra (ESG), campus Brasília. O comandante da ESG, general Décio Luís Schons, presidiu a solenidade.

Em discurso, o general Schons destacou a importância da ESG e dos militares que iniciaram os trabalhos da Escola no Rio de Janeiro, na década de 40, os marechais: César Obino, Cordeiro de Farias e Juarez Távora. O general também falou dos esforços que foram empregados em 2011 pelo então comandante da ESG, general Túlio Cherem, para que a Escola chegasse à Brasília, centro da alta administração do poder público. “Saúdo os pioneiros que trouxeram o campus para Brasília e conseguiram elevar o nome da Escola aqui no Planalto Central”, falou o general.

[Jungmann se despede da Defesa e agradece apoio das Forças Armadas](#)

Brasília, 27/02/2018 – Ao se despedir do cargo de ministro da Defesa, nesta terça-feira, o recém-empossado ministro Extraordinário da Segurança Pública, Raul Jungmann, destacou o apoio incondicional e a atuação impecável das Forças Armadas.

4.2 MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

[Frente em Defesa da Previdência agradece a Eunício suspensão da reforma](#)

O senador Paulo Paim (PT-RS), presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito da Previdência, o deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Social - que conta com 150 parcerias de associações de servidores públicos e de



centrais sindicais - e representantes de entidades de trabalhadores agradeceram, nesta terça-feira (27), ao presidente do Senado, Eunício Oliveira, a suspensão das votações de qualquer proposta de emenda à constituição (PEC) enquanto durar a intervenção federal na segurança pública do Rio de Janeiro. A determinação acabou por interromper o exame da reforma da Previdência no Congresso Nacional, que era analisada por meio de uma PEC.

4.3 MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA

Proposta de mudanças na política sobre drogas será votada nesta quinta-feira

Brasília, 28/2/18 – Está marcada para esta quinta-feira (1º) a reunião do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (Conad) que irá decidir se aprova a proposta de resolução que sugere mudanças na Política Nacional sobre Drogas (PNAD) e endurece as diretrizes quanto ao uso de entorpecentes no Brasil. Apesar de não ter força de lei, a medida servirá para orientar os órgãos da administração pública quanto à elaboração e execução de políticas sobre o tema.

5. OUTRAS PUBLICAÇÕES (SITES, LIVROS, REVISTAS ETC.)

Jungmann será o novo ministro da Segurança Pública; general Luna vai para Defesa

O presidente Michel Temer escolheu o ministro Raul Jungmann para assumir o novo ministério da Segurança Pública. A decisão foi tomada ontem e o anúncio será feito nesta segunda-feira, 26. O ministério será criado por Medida Provisória.

Jungmann diz que está autorizado a contratar 500 policiais federais e 500 policiais rodoviários federais

O ministro da Segurança Pública, Raul Jungmann, afirmou nesta quarta-feira (28) que foi autorizado a contratar mil novos policiais federais e rodoviários federais.

Jungmann, que tomou posse nesta terça-feira (27), afirmou que uma de suas primeiras ações à frente da pasta da Segurança foi acionar o Ministério do Planejamento para saber com quais recursos vai poder contar.

Jungmann diz que deu ordem a novo diretor-geral da PF: 'Combata a corrupção'

O ministro da Segurança Pública, Raul Jungmann, afirmou nesta quarta-feira (28) que orientou o novo diretor da Polícia Federal, Rogério Galloro, a combater a corrupção. Ele ressaltou que a Operação Lava Jato "continua sendo prioridade".

Em entrevista coletiva, a primeira que concedeu desde que foi anunciado para o comando da Segurança Pública, Jungmann foi questionado sobre qual ordem teria dado a Galloro assim que decidiu pela nomeação.



Jungmann anuncia reforço para PF e orçamento de R\$ 2,7 bi na Segurança

BRASÍLIA - O ministro da Segurança Pública, Raul Jungmann, disse nesta quarta-feira, 28, que o orçamento da nova pasta para este ano será de R\$ 2,7 bilhões e que os valores não serão contingenciados. Segundo ele, o governo autorizou a realização de concursos públicos para contratação de novos agentes na Polícia Federal (PF) e na Polícia Rodoviária Federal (PRF). Os concursos devem ser realizados ainda neste ano, com 500 novas vagas para PF e outras 500 para a PRF.

6. ASSUNTOS DE INTERESSE DA FENEME

TEMER ESCOLHE RAUL JUNGMAN, DA DEFESA, PARA ASSUMIR MINISTÉRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA

O presidente Michel Temer escolheu o ministro da Defesa, Raul Jungmann, para assumir o Ministério da Segurança Pública. A nova pasta deve ser criada nesta segunda-feira (26), por meio de medida provisória.

Com a ida de Jungmann para o novo ministério, o general Joaquim Silva e Luna, atual secretário-executivo, deve assumir interinamente o comando do Ministério da Defesa.

NOVO ARTIGO: POR UM ESPAÇO SCHENGEN NO BRASIL

O Tratado de Schengen, ou, como atualmente é conhecido, o Espaço Schengen, estabeleceu a livre circulação de pessoas no âmbito dos países europeus contraentes, significando a abolição dos controles das fronteiras internas, qual seja, cada país contraente ficaria encarregado somente com o controle de fronteira, de pessoas e de mercadorias com países não integrantes do bloco. Assim as fronteiras internas são abolidas e cada país membro no âmbito de sua fronteira externa tem a obrigação com toda a segurança na Europa. Não se pode confundir o Espaço Schengen com a União Europeia ou a Zona do Euro, pois são acordos distintos entre os países da Europa.

NOTÍCIAS DE BRASÍLIA

7. CURTA E SIGA A FENEME NAS REDES SOCIAIS

Facebook: <https://www.facebook.com/secretariofeneme.feneme>

Twitter: <https://twitter.com/realfeneme>

Sites: www.feneme.org.br / www.ciclocompleto.com.br

Brasília, 5 de março de 2018.